

PROJETO DE LEI Nº 017, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2025.

Institui no Município de Pilões/PB, o incentivo financeiro variável do Componente de Qualidade e Indução de Boas Práticas, relacionado a nova metodologia de Co-financiamento federal do Piso da Atenção Primária à Saúde, aos servidores públicos estatutários/celetistas, comissionados e prestadores de serviços municipais das equipes que atuam na Atenção Primária da Secretaria Municipal de Saúde, previstos na Portaria GM/MS Nº 6.907, DE 29 DE ABRIL DE 2025, do Ministério da Saúde e dá outras providências.

A Prefeita Constitucional do Município de Pilões – Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município, faz saber o que o Poder Legislativo aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. A presente lei regulamenta a utilização do incentivo do Componente de Qualidade e Indução de Boas Práticas, como pagamento por desempenho relacionado a nova metodologia de Co financiamento federal do Piso de Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Art. 2°. O Pagamento do componente de qualidade e indução de boas práticas será repassado pelo Ministério da Saúde ao Município de Pilões/PB, caso o mesmo atinja as metas e os resultados previstos e seguindo as normativas da Seção III artigos 12-B, C, D, 12 E no §1°, 2°, 3° e 12F da Portaria nº 6.907/2025 do Ministério da Saúde, de modo que, se o Governo Federal dispuser pela extinção do mesmo ou não o repassar aos cofres municipais, fica o Município de Pilões/PB totalmente desobrigado do conseguinte pagamento do incentivo.

Art. 3°. Os recursos recebidos pelo Município de Pilões/PB em decorrência do cumprimento das metas estabelecidas pelo componente de qualidade e indução de boas práticas, de acordo com a Seção III artigos. 12-B, C, D, 12 E no §1°, 2°, 3° e 12F da Portaria GM/MS n° 6.907/2025 que trata da nova metodologia de Co financiamento federal do Piso da Atenção Primária à Saúde a ser observado na atuação das Equipes de Saúde da Família (ESF), Equipes de Atenção Primária (EAP), Equipes de Saúde Bucal (ESB) e eMULTI. Serão temas dos indicadores para pagamento do componente de qualidade para eSF, eAP, eSB e eMulti na Portaria GM/MS n° 6.907/2025:

TEMAS DOS INDICADORES PARA PAGAMENTO DO COMPONENTE DE QUALIDADE PARA eSF, eAP, eSB e eMulti

EIXOS TEMÁTICOS	EQUIPE MONITORADA E AVALIADA
Mais Acesso à Atenção Primária à Saúde	equipe de Saúde da Família e equipe de Atenção Primária
Cuidado da pessoa com Diabetes Mellitus	equipe de Saúde da Família e equipe de Atenção Primária
Cuidado da pessoa com Hipertensão Arterial	equipe de Saúde da Família e equipe de Atenção Primária
Cuidado no Desenvolvimento Infantil	equipe de Saúde da Família e equipe de Atenção Primária
Cuidado da Gestante e da Puérpera	equipe de Saúde da Família e equipe de Atenção Primária
Cuidado da Pessoa Idosa	equipe de Saúde da Família e equipe de Atenção Primária
Cuidado da Mulher na Prevenção do Câncer	equipe de Saúde da Família e equipe de Atenção Primária
1ª Consulta Odontológica programada na APS	equipe de Saúde Bucal
Tratamento Odontológico concluído na APS	equipe de Saúde Bucal
Taxa de exodontias na APS	equipe de Saúde Bucal
Escovação Supervisionada na APS	equipe de Saúde Bucal
Procedimentos Odontológicos preventivos na APS	equipe de Saúde Bucal
Tratamento Restaurador Atraumático na APS	equipe de Saúde Bucal
Média de atendimentos da eMulti por pessoa	equipe Multiprofissional na APS
Ações interprofissionais da eMulti na APS	equipe Multiprofissional na APS

Art. 5°. Considerando a Portaria GM/MS nº 6.907/2025 no artigo 3° conforme os incisos I e II e os parágrafos 1°, 2° e 3° estarão sendo seguidos pelo município até que o Ministério da Saúde atualize ou reformule uma nova legislação referente ao financiamento da APS.



ndereço:



Parágrafo único: Ficará estabelecido que a partir do ato do Ministério da Saúde definindo os indicadores, metodologia de cálculo e as metas a serem cumpridas o município irá atualizar a legislação atual, ficando o pagamento condicionado de acordo a com publicação específica, repasse financeiro considerando a classificação publicada pela avaliação do Ministério de Saúde.

- Art. 6°. Os recursos deverão ser rateados por ESF na categoria desempenho considerando 70% do repasse para o município destinado ao incentivo de trabalhadores do SUS, apoio e área técnica da Secretaria Municipal de Saúde, e 30% do recurso destinado a Gestão Municipal para custeio e manutenção das UBSs.
- I 70% (setenta por cento) serão destinados aos profissionais que atuam na Atenção Primária: Enfermeiro, Odontólogo, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Saúde Bucal e Agentes Comunitários de Saúde (os quais serão distribuídos de forma igualitária dentre todos os Agentes Comunitários de Saúde do município que atuam na Atenção Primária e desempenham a sua função como agente comunitário de saúde), observando ainda o seguinte:
- a) O incentivo total voltado para os agentes comunitários de saúde deverá ser rateado pelo número total de agentes;
- b) O Agente Comunitário de Saúde que estiver com laudo de readaptação ao serviço, só receberá o incentivo se estiver desempenhando alguma função na Atenção Primária referente a função que estiver desenvolvendo;
- c) Para os profissionais de nível superior, aos quais as suas Unidades Básicas de Saúde tenham sido contempladas com Médicos que o vínculo empregatício seja formalizado através do Programa Mais Médicos: ratear por nível superior, na respectiva Unidade Básica de Saúde onde o profissional estiver lotado;
- § 4º. Os recursos deverão ser aplicados considerando a responsabilidade de cada categoria por indicador para as Equipes de Saúde da Família:
 - 'a) indicadores: Enfermeiro, técnico em Enfermagem, ACS;
 - b) Indicadores: Odontólogo, Técnico de Saúde Bucal;





- c) Os valores correspondentes dispostos no *caput* do artigo 3º serão repassados aos servidores quadrimestralmente e a cada 4 meses poderão ser recalculados de acordo com a avaliação do Ministério da Saúde que durante o período de transição da nova metodologia de Co financiamento federal do Piso da Atenção Primária à Saúde que será considerada como desempenho "BOM".
- Art. 8°. Terão direito ao pagamento do componente de qualidade e indução de boas práticas todos os profissionais supracitados, desde que cumpridas as metas e atingidos os resultados definidos na Legislação Federal referente à matéria, ou em sua falta, mediante regulamentação do Poder Executivo através de Decreto.
- §1º. Para ter direito ao recebimento do pagamento por componente de qualidade e indução de boas práticas, os trabalhadores definidos no *caput* deste artigo devem estar lotados e em exercício junto à Estratégia de Saúde da Família e a gestão técnica da Secretaria Municipal de Saúde, desde que atuando diretamente na Atenção Primária do município. As profissionais de apoio Diretoras, Recepcionistas, Auxiliares de Serviços Gerais que atuam nas Unidades Básicas de Saúde com o comprovado exercício no Município de Pilões e devidamente incluídos no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).
- §2º. Em casos de profissionais exonerados, rescisão de contrato ou afastamento do serviço em qualquer circunstância, o servidor perdera o direito ao pagamento por componente de qualidade e indução de boas práticas, cabendo o valor que seria do servidor deverá ser incorporado ao percentual de custeio das UBS conforme o artigo 6º.
 - Art. 9°. Não terá direito ao incentivo o profissional que:
- I Obtiver 02 (duas) faltas mensais ao serviço sem justificativa, e sem a devida comprovação documental, dentro do mês trabalhado;
- II Deixar de comparecer sem justificativas às atividades educativas e de planejamento, quando convocados pela Secretaria Municipal de Saúde, dentro do mês trabalhado;





RETIRAL

III – Estiverem no gozo de licença médica a partir de 15 dias, dentro do mês, sendo estes dias somados ou corridos, dentro do mês trabalhado;

IV – Praticar falta grave no exercício de suas atribuições, devidamente apurado em Processo Administrativo Disciplinar, em que se garanta a ampla defesa e o contraditório, durante o tempo determinado na própria decisão administrativa, ou pelo período da pena de suspensão conforme o caso;

V- Trabalhador que estiver de licença maternidade e/ou especial;

VI- Aqueles profissionais readaptados e que não estejam realizando seu trabalho na Atenção Primária;

VII- Não executar o processo de trabalho de acordo com perfil de competência do profissional instituído pela Secretaria Municipal de Saúde através da Coordenação de Atenção Primária, sendo instituído através da indução de boas práticas;

VII – Não atingir os parâmetros mínimos instituídos pelos eixos temáticos dos indicadores de saúde;

VIII – Não realizar preenchimento dos dados no Prontuário Eletrônico do Cidadão – PEC durante os atendimentos aos usuários dos serviços;

IX – Nos casos de constatação, por meio do monitoramento ou da auditoria de órgãos de controle internos e externos, de ocorrência de fraude ou de informação irregular na alimentação de dados dos sistemas de informação;

Parágrafo único. Os profissionais que forem relocados ou contratados em substituição aos profissionais que entrarem de licença especial ou maternidade, terão direito a receber o incentivo que seria repassado ao substituído;

Art. 10°. O incentivo componente de qualidade e indução de boas práticas, em hipótese alguma, será incorporado ao salário dos servidores, e sobre ele não incidirão quaisquer vantagens, não serão computadas para efeito de cálculo de outros adicionais ou vantagens e nem se incorporarão aos vencimentos para fixação dos proventos de aposentadoria ou pensão.



Endereço: Fazenda Santa Cruz, S/N - Complemento: Rod. PB - 077 Cidade: Pilões - PB - CEP: 58393-000



Parágrafo único. O incentivo componente de qualidade e indução de boas práticas fica desvinculado de todo e qualquer reajuste dos servidores públicos municipais.

Art. 11°. Os valores que eventualmente compuserem sobra das parcelas indicadas do Art. 3° desta Lei, por motivos apresentadas no Art.5° serão utilizados para custeio das UBS's.

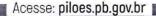
Art. 12°. Em caso de Profissionais exonerados, rescisão de contrato ou afastamento do serviço em qualquer circunstância, o servidor perderá o direito ao Incentivo Financeiro – Pagamento Desempenho, tendo o valor que caberia ao servidor incorporado ao percentual de custeio das Unidades Básicas de Saúde (UBS's).

Art. 13°. As despesas com a execução desta Lei correrão à conta de dotações do orçamento municipal, consignadas à Secretaria Municipal de Saúde, especificamente com recursos do Incentivo Financeiro do Programa de Desempenho, transferido fundo a fundo pelo Ministério da Saúde.

Art. 14°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei Municipal nº 437/2024 e outras disposições em contrário.

SORAYA SALES FERREIRA DA CUNHA

Prefeita



ANEXO I

TABELA DE ACORDO COM A PORTARIA GM/MS Nº 6.907, DE 29 DE ABRIL DE 2025

EQUIPE	MODALIDADE	CLASSIFICAÇÃO NO COMPONENTE DE QUALIDADE			
		ÓTIMO	BOM	SUFICIENTE	REGULAR
ESF	40H	R\$8000,00	R\$ 6000,00	R\$ 4000,00	R\$ 2000,00
EAP	30H	R\$ 4000,00	R\$ 3000,00	R\$ 2000,00	R\$ 1000,00
EAP	20H	R\$ 3000,00	R\$ 2250,00	R\$ 1500,00	R\$ 750,00
eMULTI	AMPLIADA	R\$ 9000.00	R\$ 6750,00	R\$ 4500,00	R\$ 2250,00
eMULTI	COMPLEMEN- TAR	R\$ 6000,00	R\$ 4500,00	R\$ 3000,00	R\$ 1500,00
eMULTI	ESTRATÉGICA	R\$ 3000,00	R\$ 2250,00	R\$ 1500,00	R\$ 750,00
ESB	I - COMUM	R\$ 2449,00	R\$ 1836,75	R\$ 1224,50	R\$ 612,25
ESB	II - COMUM	R\$ 3267,00	R\$ 2450,25	R\$ 1.633,50	R\$ 816,75
ESB	I-QUIL/ASSENT	R\$ 3673,50	R\$ 2755,13	R\$ 1836,75	R\$ 918,38
ESB	II-QUIL/ASSENT	R\$ 4900,50	R\$ 3675,38	R\$ 2450,25	R\$ 1225,13

ANEXO II

TABELA DE ACORDO COM A PORTARIA GM/MS Nº 6.907, DE 29 DE ABRIL DE $\underline{2025}$

EQUIPE	MODALIDADE	CLASSIFICAÇÃO NO COMPONENTE DE QUALIDADE			
		ÓTIMO	BOM	SUFICIENTE	REGULAR
ESF	40H	R\$8000,00	R\$ 6000,00	R\$ 4000,00	R\$ 2000,00
EAP	30H	R\$ 4000,00	R\$ 3000,00	R\$ 2000,00	R\$ 1000,00
EAP	20H	R\$ 3000,00	R\$ 2250,00	R\$ 1500,00	R\$ 750,00
eMULTI	AMPLIADA	R\$ 9000.00	R\$ 6750,00	R\$ 4500,00	R\$ 2250,00
eMULTI	COMPLEMEN- TAR	R\$ 6000,00	R\$ 4500,00	R\$ 3000,00	R\$ 1500,00
eMULTI	ESTRATÉGICA	R\$ 3000,00	R\$ 2250,00	R\$ 1500,00	R\$ 750,00
ESB	I - COMUM	R\$ 2449,00	R\$ 1836,75	R\$ 1224,50	R\$ 612,25
ESB	II - COMUM	R\$ 3267,00	R\$ 2450,25	R\$ 1.633,50	R\$ 816,75
ESB	I-QUIL/ASSENT	R\$ 3673,50	R\$ 2755,13	R\$ 1836,75	R\$ 918,38
ESB	II-OUIL/ASSENT	R\$ 4900,50	R\$ 3675,38	R\$ 2450,25	R\$ 1225,13





Fazenda Santa Cruz, S/N - Complemento: Rod. PB - 077

Cidade: Pilões - PB - CEP: 58393-000





Metodologia de Cálculo para Desempenho por Equipe Resumo da Distribuição do Valor do componente de qualidade e indução de boas práticas Município de Pilões, PB-2025.

TABELA I

EQUIPE SAÚDE DA	FAMÍLIA (ESF) – 40 HORAS – SERÁ REPASSADO 70%DO INCENTIVO
	NANCEIRO RECEBIDO DO MS DE ACORDO COM O
RESULTA	ADO ALCANÇADO DOS INDICADORES POR CADA EQUIPE.
CC	OORDENAÇÃO DE AB
PROFISSIONAL	
NÍVEL SUPERIOR	Observação: Na existência de mais de um profissional da mesma categoria por
	equipe, o percentual será rateado pelo número existente de profissionais. Demais
	profissionais com vínculo na APS em serviço ampliado com impacto nos
	indicadores, receberão o incentivo de acordo com sua categoria
2	ENFERMEIRO = 24%
PROFISSIONAL DE	
NÍVEL	Observação: Na existência de mais de um profissional da mesma categoria por
TÉCNICO, MÉDIO	equipe, o percentual será rateado pelo número existente de profissionais. Demais
E	profissionais com vínculo na APS em serviço ampliado com impacto nos
FUNDAMENTAL	indicadores, receberão o incentivo de acordo com sua categoria
	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE = 24%
	TÉC E AUXILIAR DE ENFERMAGEM = 12%
	RECEPÇÃO = 2%
	SERVIÇO GERAIS = 2%

EQUIPE SAÚDE BUCA	AL (ESB) – 40 HORAS – SERÁ REPASSADO 70% DOINCENTIVO CEIRO RECEBIDO DO MS DE ACORDO COM O
700000000000000000000000000000000000000	ALCANÇADO DOS INDICADORES POR CADA EQUIPE.
	ROFISSIONAIS: (DEFINIR PERCENTUAIS)
	COORDENADOR DE SAÚDE BUCAL
PROFISSIONAL NÍVEL	Observação: Na existência de mais de um profissional da
SUPERIOR	mesma categoria por equipe, o percentual será rateado pelo número existente de profissionais. Demais profissionais com vínculo na APS em serviço ampliado com impacto nos indicadores, receberão o incentivo de acordo com sua categoria.
	GESTÃO = 30%
PROFISSIONALDE NÍVEL TÉCNICO	Observação: Na existência de mais de um profissional da mesma categoria por equipe, o percentual será rateado pelonúmero existente de profissionais. Demais profissionais comvínculo na APS em serviço ampliado com impacto nos indicadores, receberão o incentivo de acordo com sua categoria
	DO VALOR DE 70% SERÁ REPASSA DO A EQUIPE DA SEGUINTE FORMA: DENTISTA= 65% TÉCNICO DE SAUDE BUCAL= 35%







TABELA III

FINANCEIRO REC	EBIDO DO MS DE ACORDO COM O RESULTADO ALCANÇADO DOS INDICADORES POR CADA EQUIPE.
	PROFISSIONAIS: (DEFINIR PERCENTUAIS)
Emulti	% DIVIDIDO ENTRE OS PROFISSIONAIS DA EQUIPE.
AMPLIADA	Observação: Na existência de mais de um profissional da
	mesma categoria por equipe, o percentual será rateado pelo
	número existente de profissionais. Demais profissionais com
K.	vínculo na APS em serviço ampliado com impacto nos
	indicadores, receberão o incentivo de acordo com sua
	categoria
eMULTI	% DIVIDIDO ENTRE OS PROFISSIONAIS DA EQUIPE.
ESTRATÉGICA	Observação: Na existência de mais de um profissional da
	mesma categoria por equipe, o percentual será rateado pelo
	número existente de profissionais. Demais profissionais com
	vínculo na APS em serviço ampliado com impacto nos
	indicadores, receberão o incentivo de acordo com suacategoria.
	Profissionais de nível superior:
	Fisioterapeuta (20h):16%
	Nutricionista (30h):19%
	Psicólogo (30h): 19%
	Fisioterapeuta (20h):16% FONO BUDIOLOGO
	GESTÃO = 30%

TABELA IV

	ÁREA TÉCNICA DA SECRETARIA DE SAÚDE
	PROFISSIONAIS: (DEFINIR PERCENTUAIS)
-	% DIVIDIDO ENTRE OS PROFISSIONAIS DA EQUIPE.
APOIO (TI)	Observação: Na existência de mais de um profissional da mesma categoria por equipe, o percentual será rateado pelo número existente de profissionais. Demais profissionais com vínculo na APS em serviço ampliado com impacto nos
	indicadores, receberão o incentivo de acordo com sua Categoria Apoio Técnico e Coordenação de AB = 3%
	TI = 3% GESTÃO = 30%



